

TRABALHADORES DERAM UM SHOW DE ORGANIZAÇÃO E LUTA DURANTE A CAMPANHA SALARIAL



Câmara aprova reajuste para Agentes de Apoio e AGPPs. Salário Padrão sobe de R\$ 440,39 para R\$ 755,00 para Agentes de Apoio e de R\$ 645,00 para R\$ 920,00 para AGPPs. Novo Piso Mínimo é de R\$ 1.132,00 para Agentes de Apoio e de R\$ 1.380,00 para os AGPPs.

A Campanha não terminou, apenas vencemos uma batalha. Agora a luta é para incluir os trabalhadores que não tiveram seus vencimentos reajustados. Conforme negociação com o Governo isso será possível nas negociações que prosseguem no SINP (Sistema de Negociação Permanente). Os trabalhadores com as maiores defasagens salariais foram beneficiados nesse primeiro momento, inclusive os aposentados. A vitória atual faz justiça com trabalhadores que recebiam menos que o salário mínimo. O Sindsep entende que a Prefeitura pode melhorar os salários de todos os trabalhadores e nossa luta não terminou. Parabéns a todos!

PRÓXIMAS ATIVIDADES

Plenária da GCM

Data: 8 de junho
Horário: 10 horas
Local: Sindsep - Rua da Quitanda, 162 - Centro

Assembleia dos Trabalhadores da Saúde

Data: 8 de junho
Horário: 14 horas
Local: Sindsep - Rua da Quitanda, 162 - Centro

Reunião dos Aposentados

Data: 11 de junho
Horário: 10 horas
Local: Sindsep - Rua da Quitanda, 162 - Centro

Plenária de Representantes Sindicais de Unidade - RSU

Data: 13 de junho
Horário: 9 horas às 16 horas
Local: Câmara Municipal de São Paulo - 1º Andar

Plenária Congressional dos Aposentados

Data: 27 de agosto
Local: a definir

Plenária Final de Resoluções do XI Congresso

Data: 23, 24 e 25 de outubro
Local: Casa de Portugal Avenida Liberdade, 602 - Liberdade

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo – Sindsep.

CONTATOS

Rua da Quitanda, 162, Centro, São Paulo/SP, CEP 01012-010.

Telefone: (11) 2129.2999

INTERNET

Site: www.sindsep-sp.org.br

E-mail: imprensa@sindsep-sp.org.br

Facebook: [facebook.com/Sindsep](https://www.facebook.com/Sindsep)

Twitter: @sindsep

DIRETORIA

Irene Batista de Paula

PRESIDENTE

Leandro Valquer J. L. de Oliveira

VICE-PRESIDENTE

SECRETARIAS

Paula Leite

FINANÇAS

Vlamiir Lima

GERAL

Conceição de Maria Aragão Novaes

FORMAÇÃO, POLÍTICA SIND. QUALIFICAÇÃO

PROFISSIONAL

João Batista Gomes

JURÍDICO, ECONÔMICO E PESQUISA

Ana Rosa Garcia da Costa

IMPRESA E MARKETING

Bergair de Oliveira Valentino

POLÍTICA INTERSINDICAL E SOLIDARIEDADE

Nilza Anézio de Oliveira

POLÍTICAS SOCIAIS E EVENTOS

Roberto Alves

SAÚDE DO TRABALHADOR

Aparecida de Fátima Câmara

ATENÇÃO MULHER

COORDENADORES DE REGIÃO

Eudes Wesley Dias Melo

LESTE I

Ronildo Ferreira da Silva

LESTE II

Djalma Maria Prado

LESTE III

Maria de Lourdes da Rocha Alves

SUDESTE

Lourdes Estevão de Araújo

SUL I

Antonio Carlos Lima

SUL II

Maria Cristina Cipriano Ribeiro

OESTE

João Gabriel Guimarães Buonavita

REGIÃO NOROESTE

José Teixeira dos Santos

NORTE

Solange Cristina Ribeiro

CENTRO

DEPARTAMENTOS DOS TRABALHADORES

Sérgio Ricardo Antiquiera

Educação

Junéia Martins Batista

Saúde Aut.

Regina Claudia Stroebel

Assistência, Esporte, Cultura, Meio

Ambiente, Serviço Funerário e Iprem

Roberto Hofer

Aposentados

Luiz Augusto Rezende

Setor Administrativo

Jaime Loza

Operacional

CONSELHO FISCAL

Angela Maria Severiano

Onedil Luiza Bueno

Rodomiro Xavier de Oliveira

Sueli Aparecida Guarnieri

Tânia Montera Martins

IMPRESA

Diretora: Ana Rosa Garcia da Costa

Edição: Eudes Lima – MTb 33.268

Estagiária: Isis Torres

Revisão: Telma Iara Mazzocato

Diagramação: Marco Godoy

PRODUÇÃO

Inteligência Assessoria de Comunicação

Site: www.inteligenciacom.com.br

E-mail: eudes@inteligenciacom.com.br

Telefone: (11) 96135.1726

SINDSEP

Histórico da Campanha Salarial 2013

O Sindsep tem uma história de luta que coloca os trabalhadores em permanente Campanha Salarial. Embora os trabalhadores tenham obtido algumas vitórias, a obrigação de todos é continuar com as reivindicações durante todo o ano. O respeito à data-base foi alcançado, mas não desmobiliza, ao contrário anima cada vez mais por mais conquistas. Alguns trabalhadores não tiveram suas expectativas atingidas. O Sindsep continua organizando esses trabalhadores para que nas mesas de negociação central e específicas, as pautas sejam atendidas. A seguir um histórico do que ocorreu em 2013.



Assembleia Geral na Aliança Francesa, 23 de fevereiro

No dia 23 de fevereiro de 2013 foi realizada a primeira Assembleia dos trabalhadores. Na ocasião foram aprovados os pontos centrais da pauta de reivindicações para o início da Campanha Salarial 2013, com a expectativa de rompimento na falta de diálogo dos anos anteriores. O Sindicato exigia a negociação com o slogan nacional da CONFETAM, “PREFEITO, NEGOCIA!”.

Em 26 de fevereiro o secretário de Governo Antonio Donato recebeu o Sindsep, mas não apontou para algo de concreto. Apresentamos os pontos centrais da pauta: a reabertura do SINP, reestruturações dos PCCSs, recomposição das per-

das desde 2005, mudanças na lei salarial, extensão de gratificações a setores e segmentos excluídos e rompimento do ciclo de 0,01%. Também cobramos a pendência de respostas para os admitidos e para as PEIs que não conseguiam se aposentar com o tempo de ADI não contabilizado. Ouvimos que o Governo encaminharia as reivindicações e as dificuldades impostas pelo orçamento vindo de outro mandato. Essa conversa teve a participação determinante do presidente estadual da CUT, Adi dos Santos Lima.

O resultado da reunião não era o que esperávamos, mas depois de muitos anos sem sequer sermos re-

cebidos, o avanço era claro. O Governo apontava que o período discussões unilaterais terminara.

O Sindsep continuou as discussões sobre a pauta e no dia 23 de março os trabalhadores votaram pela organização de um ato/assembleia para 17 de abril e acrescentaram à pauta a exigência de um piso e padrão salarial não inferior ao salário mínimo, além de acrescentar na pauta a urgência de atender as reivindicações dos admitidos. Entre as reivindicações duas emplacaram e deram o tom das discussões ao longo da Campanha Salarial: a reformulação do SINP e o aumento do Salário Padrão e Piso Mínimo.



Reunião com o Secretário de Governo Antonio Donato



Reunião do SINP, 29 de abril

SINP (Sistema de Negociação Permanente)

O SINP foi reinstalado em 25 de março. Enfim haveria negociação e, de certa forma, foi uma pequena vitória. A primeira exigência do Sindicato estava cumprida com o início das negociações. Ins-

talado no Governo da ex-prefeita Marta Suplicy, o SINP, embora nunca extinto, não funcionava nos últimos 8 anos. O Sindsep reivindicava sua reformulação e reinstalação.

Salário Padrão e Piso Mínimo

O Sindsep denunciava, com insistência, que muitos trabalhadores tinham nos seus holerites um salário padrão que era menor que o salário mínimo, fosse nacional (R\$ 678,00), fosse regional paulista (R\$ 755,00). Os profissionais atingidos diretamente por essa distorção econômica eram os Agentes de Apoio e os AGPPs.

Nas primeiras rodadas da mesa de negociação, o governo apresentou a proposta de um aumento no piso mínimo de R\$ 630,00 para R\$ 755,00, além de se comprometer a apresentar em 22 de abril, um cálculo de reajuste linear dentro do orçamento. Seria isso para 2013. A proposta, de cara, foi considerada insuficiente.



Assembleia da Campanha salarial no Instituto Histórico, 23 de março

Mobilização do Sindsep é responsável por vitória dos trabalhadores

Em 17 de abril os trabalhadores foram até o Gabinete do Prefeito para a realização do primeiro ato nesta gestão. Haddad já tinha mais de 100 dias de governo e precisava avançar nas negociações. Mais de 1.000 trabalhadores participaram do ato na frente do Gabinete do prefeito. Subiram para negociar junto com os dirigentes do Sindsep uma Comissão de Trabalhadores formada por representantes: do Serviço Funerário, do SAMU, de Zoonoses, da Assistência Social, do Verde, dos Admitidos e do HSPM. No mesmo dia ficou marcada a data de 29 de abril para outra assembleia.

A mobilização e a apresentação do que era óbvio ao Governo não deixavam opção. O piso não atingiria quase ninguém e o reajuste teria que resolver o problema de quem tinha salário padrão menor que o salário mínimo regional de R\$ 755,00 e a recomposição de perdas de todas as categorias que ficaram prejudicadas ao longo de 10 anos. Nem com recomposição da inflação desde 2005, os Agentes de Apoio chegariam ao mínimo nacional. Foi o Sindsep que lançou essa questão. Na primeira reunião do SINP, após o ato, em 22 de abril, o governo não apresentou reajuste linear como prometera, mas garantiu que faria recomposição de perdas desde 2005, carreira por carreira, e que ninguém teria perdas até o final do governo Haddad, porém, nada concreto. Somente em 25 de abril, que uma proposta mais avançada surgiu. Os Agentes de Apoio teriam salário inicial reajustado de R\$ 440,39 para R\$ 755,00 e piso mínimo para R\$ 1.132,00; enquanto os AGPPs teriam salário inicial majorados dos R\$ 645,00 para R\$

920,00 e piso mínimo seria de R\$ 1.380,00. Esse avanço foi vitória da mobilização dos trabalhadores obtida pelo Sindsep e seus filiados. Mas ainda seria pouco, pois vários setores permaneceram de fora.

A assembleia de 29 de abril foi realizada durante a negociação do SINP. Além do Sindsep diversas outras entidades sindicais participavam da negociação com a Prefeitura. Foi um dia muito tenso. Na Rua Líbero Badaró, os trabalhadores filiados ao Sindsep discursavam e aguardavam os resultados das negociações. Estava em pauta a assinatura do Convênio do SINP, além do Protocolo sobre a negociação coletiva da Campanha Salarial 2013. Os dirigentes do Sindsep se alternavam entre acompanhar a mesa de negociação e apresentar as propostas discutidas aos trabalhadores em Assembleia. No fim da tarde de 29 de abril, em regime de votação a assembleia aprovou a assinatura do SINP e do Protocolo de Negociação da Campanha Salarial 2013, aceitando a proposta de reajustes de padrão salarial e dos pisos que atingiram o nível médio e básico da Prefeitura, o quadrimestral de 0,82% retroativos a novembro de 2011, e o reajuste de 11,46% divididos em 3 parcelas que seriam pagas entre maio de 2014 e maio de 2016. Porém, a exigência da categoria foi que o protocolo garantisse a negociação imediata das reestruturações das carreiras defasadas (saúde, nível superior e GCM), das reivindicações de valorização salarial dos admitidos, da extensão de gratificações para os setores excluídos e da aposentadoria para professoras com tempo de ADI. As propostas do Sindsep foram aceitas pelo governo e pelas demais entidades.

A Assinatura do SINP e do Protocolo da Campanha Salarial 2013

A LUTA E ORGANIZAÇÃO GARANTIRAM EM 10 MAIO DE 2013 A ASSINATURA DO CONVÊNIO ENTRE O SINDSEP, DEMAIS ENTIDADES SINDICAIS E ASSOCIATIVAS E A PREFEITURA.

Porém, todo o processo para a assinatura do protocolo foi tumultuado desde a primeira versão apresentada pelo governo em 2 de maio. Ela não continha pontos colocados pelo Sindsep ao longo das discussões e nenhuma condicionante aprovada pela assembleia do dia 29 de abril, além de condicionar o recebimento das 3 parcelas (3,683%) dos 11,46% a não se discutir nenhum outro reajuste linear até o final dessa gestão. Não havia nenhuma chance de assinarmos. O Sindsep, além de discutir no fórum das entidades, encaminhou propostas de alteração para o governo. O protocolo avançou retirando a proposta de parcelas fixas para os próximos anos, mas manteve a retomada da discussão do reajuste de 11,46% garantida pelo protocolo. O Sindsep garantiu ainda no protocolo, o início “imediato” das discussões das reestruturações da saúde, nível superior e GCM, com efeitos “para 2014”, o que faz toda a diferença. Também foi o Sindsep

que garantiu no protocolo a discussão da situação dos admitidos e da contagem do tempo de ADI para aposentadoria. Alguns pontos encaminhados por ofício pelo Sindsep ficaram de fora, como a inclusão dos trabalhadores celetistas da Autarquia Hospitalar e do HSPM nos reajustes dos níveis básico e médio, a reabertura de opções para as carreiras reestruturadas e a explicitação da proposta de extensão das gratificações aos excluídos, entendida pelo governo que será contemplada na discussão dos admitidos. Também a ressalva do Sindsep sobre não haver proposta de reajuste linear para 2012 não foi considerada. Todos esses demais pontos seriam destacados pelo Sindsep no SINP, em 7 de maio, porém, o tensionamento entre o governo e as entidades em greve levou ao encerramento das discussões. Mesmo durante a reunião para a assinatura do Protocolo, ocorrida em 10 de maio, várias dúvidas surgiram. A reunião que devia ser rápida durou por volta de 4 horas. A maioria das entidades assinou o Protocolo, já o Convênio do SINP foi assinado por todos. A presidente do Sindsep Irene Batista, e a presidente da Fetam Paula Leite, assinaram o Protocolo e o Convênio.



Irene Batista, presidente do Sindsep



Paula Leite, presidente da Fetam/SP



Nova Batalha na Câmara Municipal

Campanha Salarial não é fácil. O Protocolo assinado entre entidades sindicais e a Prefeitura precisava passar pelo aval da Câmara Municipal. Os trabalhadores da Autarquia Hospitalar buscaram o Sindsep por estarem revoltados com a exclusão dos celetistas do níveis básico e médio quanto ao reajuste previsto no Projeto de Lei. O Sindsep garantiu em negociação entre o executivo e a Câmara que uma emenda seria proposta para solucionar o problema. Sindsep e trabalhadores, mobilizados na Câmara foram fundamentais para a inclusão dos trabalhadores das AHM no PL 155 e a sua devida aprovação. Com a Lei sancionada, a caminhada se reinicia para garantir valorização e recomposição das perdas dos outros setores defasados, justiça para os admitidos, extensão das gratificações para os excluídos e reabertura de opção para os não-optantes dos planos de carreira reestruturados.

O que vale após a aprovação do substitutivo do PL 155

NÍVEL BÁSICO E MÉDIO

Grande vitória!

As carreiras de Agente de Apoio e AGPP, as mais prejudicadas nos últimos 10 anos foram as mais beneficiadas pelo acordo. O Projeto de Lei 155 tem reajustes de 71% para os Agentes de Apoio e 42% para os AGPPs. Isso incluiu os profissionais dessas carreiras no Serviço Funerário, Iprem e Autarquia Hospitalar.

Aos demais trabalhadores de outras carreiras, inclusive da saúde, das autarquias e HSPM, foi aumentando o piso da Prefeitura que era R\$ 630,00 para R\$ 1.132,50 para nível básico e R\$ 1.380,00 para nível médio e demais segmentos. Ou seja, será pago um complemento sempre que a renda bruta for inferior a esses valores. Os aposentados e pensionistas com paridade nas mesmas condições foram beneficiados por tais conquistas. A medida ampliou muito o número de servidores e empregados públicos atingido pelos pisos. Todos os reajustes já aprovados estão na folha de pagamento de maio de 2013, exceto trabalhadores do HSPM, IPREM e Serviço Funerário que terão folha suplementar.

VEJA COMO FICARAM AS TABELAS DOS AGENTES DE APOIO, AGPPS E ASTS

| Carreira de Agente de Apoio | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Jornada 40 horas semanais | | |
| REFERÊNCIA | anterior | atual |
| B-1 | R\$ 440,39 | R\$ 755,00 |
| B-2 | R\$ 469,03 | R\$ 804,08 |
| B-3 | R\$ 499,50 | R\$ 856,35 |
| B-4 | R\$ 531,96 | R\$ 912,01 |
| B-5 | R\$ 566,55 | R\$ 971,29 |
| B-6 | R\$ 603,37 | R\$ 1.034,42 |
| B-7 | R\$ 642,59 | R\$ 1.101,66 |
| B-8 | R\$ 684,38 | R\$ 1.173,27 |
| B-9 | R\$ 728,83 | R\$ 1.249,53 |
| B-10 | R\$ 776,23 | R\$ 1.330,75 |
| Gratificação de Atividade | Valor máximo | |
| | anterior | atual |
| | R\$ 308,27 | R\$ 528,50 |
| Piso Mínimo | anterior | atual |
| | R\$ 630,00 | R\$ 1.132,50 |

| Carreira do Nível Médio (AGPP/AST) | | |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Jornada 40 horas semanais | | |
| REFERÊNCIA | anterior | atual |
| M-1 | R\$ 645,74 | R\$ 920,00 |
| M-2 | R\$ 687,73 | R\$ 979,80 |
| M-3 | R\$ 732,40 | R\$ 1.043,49 |
| M-4 | R\$ 780,03 | R\$ 1.111,31 |
| M-5 | R\$ 830,71 | R\$ 1.183,55 |
| M-6 | R\$ 884,72 | R\$ 1.260,48 |
| M-7 | R\$ 942,23 | R\$ 1.342,41 |
| M-8 | R\$ 1.003,48 | R\$ 1.429,67 |
| M-9 | R\$ 1.068,70 | R\$ 1.522,59 |
| M-10 | R\$ 1.138,16 | R\$ 1.621,56 |
| M-11 | R\$ 1.318,01 | R\$ 1.726,96 |
| M-12 | R\$ 1.403,68 | R\$ 1.839,22 |
| M-13 | R\$ 1.494,91 | R\$ 1.958,77 |
| M-14 | R\$ 1.592,07 | R\$ 2.086,09 |
| M-15 | R\$ 1.695,57 | R\$ 2.221,68 |
| Gratificação de Atividade | Valor máximo | |
| | anterior | atual |
| | R\$ 452,02 | R\$ 644,00 |
| Piso Mínimo | anterior | atual |
| | R\$ 630,00 | R\$ 1.380,00 |





Manifestação reúne mais de 1.000 trabalhadores

CARREIRAS DO NÍVEL SUPERIOR, SAÚDE E GCM

A hora e a vez deles

Os reajustes salariais nas carreiras, pauta central do Sindsep prevista nas reestruturações, será importante instrumento de recomposição de perdas e valorização do servidor como aconteceu com os níveis básico e médio. Estes pontos não estavam sequer consensuados pelo Fórum de entidades e não constavam na pauta do Governo. Somente com o ato e reivindicação do Sindsep no dia 17 de abril que o governo apresentou a proposta que beneficiou Agentes de Apoio e AGPPs e revelou a intenção de fazer o mesmo com as outras carreiras que estão defasadas. Com a pressão do dia 29, incluímos no protocolo a prioridade nas reestruturações das carreiras da Saúde, do Nível Superior (Especialistas) e da GCM. Desde lá o Sindsep conseguiu também, melhorar o protocolo, incluindo que as discussões dessas carreiras tenham início imediato e simultâneo, após a

assinatura e, ainda, visando promover as reestruturações e seus efeitos já em 2014. O Sindsep já iniciou a organização desses trabalhadores para discutir os salários que queremos negociar e pressionar para que tenhamos resultados concretos o mais rápido possível. O Nível Superior foi reestruturado pela última vez em 2007 e a saúde em 2009. Houve reajustes lineares dos míseros 0,01% em 2008, 2009 e 2010, além de um reajuste de 11,23% em 2012 somente para a saúde, conquistado com a greve de 2011. O nível superior já teve reunião no Sindsep em maio. Os trabalhadores da saúde, inclusive do HSPM e AHM terão a primeira discussão no dia 8 de junho às 14 horas no Sindicato, e a GCM terá pela manhã um Grupo de Trabalho. O Sindsep continuará sua atuação na mesa pautado pelos trabalhadores organizados no Sindicato.



Reunião dos admitidos dia 29 de maio

Admitidos

No dia 17 de abril, o Sindsep entregou a Carta dos Admitidos ao Prefeito. A carta continha duas propostas: “Criar uma lei que reveja imediatamente a situação de todos os admitidos, inclusive os aposentados, fixando seus padrões de vencimentos nas tabelas salariais atuais e nas novas que forem criadas ou reformuladas, considerando seus tempos de Prefeitura nos mesmos termos que os profissionais efetivos. E, também, exigem que nenhum trabalhador fique fora das gratificações existentes, qualquer que seja o critério promovido pela Prefeitura.”

Durante o ato do dia 29, o Sindsep conseguiu incorporar a discus-

são no âmbito da Mesa Central de Negociação. Trata-se de outro ponto que não estava consensuado com as entidades e nem pautado pelo governo. Apesar de insatisfeitos com a redação final proposta pelo governo de “discussão sobre as demais propostas de vencimentos dos admitidos pela Lei 9.160/80”, garantimos que a iniciaremos imediatamente após a formalização do SINP. As demais propostas citadas pelo governo são justamente aquelas protocoladas pelo Sindsep no dia 17 de abril. Os admitidos já estão se reunindo no Sindicato para continuar a luta para as discussões que trataremos na mesa. Converse com o Sindicato para participar.



Secretária de Planejamento, Leda Paulane, assina o convênio do SINP e protocolo de negociações salariais.

Extensão de Gratificações aos Excluídos

O Sindsep por inúmeras vezes buscou incorporar no protocolo uma redação que explicitasse claramente “que nenhum trabalhador fique fora das gratificações existentes, qualquer que seja o critério promovido pela Prefeitura”. No entanto, o governo entendeu até o fechamento e assinatura do protocolo que a proposta de extensão de gratificações aos excluídos já está contemplada no mesmo texto protocolado no dia 17 com as propostas dos admitidos que serão tratadas imediatamente nas próximas rodadas do SINP. Há vários Admi-

tidos que por conta da função, deixam de receber gratificações. Mas há ainda, inúmeros servidores efetivos que não recebem gratificações por sua lotação. Isso acontece, por exemplo, com Biólogos e Psicólogos (carreira da saúde) que trabalham na Secretaria do Verde e não podem receber o PPD, gratificação paga somente a quem trabalha na saúde, e nem GDA, paga somente as Especialistas das carreiras de Nível Superior que não são da saúde. O Sindsep irá pautar a questão nas próximas reuniões do SINP, conforme acordado.



Ato dia 29 de abril

Contagem do tempo de ADI para aposentadoria

O compromisso de Fernando Haddad manifestado ao Sindsep durante a campanha foi cobrado quando estávamos na Secretaria de Negócios Jurídicos em 20 de março. Esperava-se o cumprimento da promessa de respostas com avanços em 15 ou 20 dias. Porém, o governo se calou desde então, obrigando o Sindsep a reapresentar a questão por ofício no ato do dia 17 de abril. Mas foi somente durante o ato do dia 29 que o Sindsep incluiu na pauta da mesa central para constar no protocolo. Em uma reviravolta posterior, as entidades do Fórum não aceitaram manter a questão na Mesa Central para remetê-la à mesa da educação. O Sindsep manteve a posição venci-

da contra os demais, pois a questão depende mais de Sempla e Negócio Jurídicos do que de SME que já tem uma pauta extensa. Forçamos então a negociação no Fórum para garantir o compromisso das entidades que participam da mesa de SME para tomar a discussão como prioridade. Por fim, o Sindsep garantiu por meio de ofício encaminhado a Sempla, a inclusão de cláusula no protocolo: “As discussões sobre o tempo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil para fins de aposentadoria serão remetidas à mesa setorial de negociação da Educação.” Nas próximas mesas de negociação da educação, o Sindsep cobrará os compromissos assumidos.

Educação

Os pisos criados para níveis básico (R\$1.132,50) e médio (R\$1.380,00) devem ser aplicados aos Quadros de Apoio à Educação para trabalhadores com renda bruta mensal inferior. De qualquer forma todos os servidores dos Quadros de Profissionais da Educação (QPE) tiveram reajustes de 11,31% em maio de 2013 e 13,43% em maio de 2014. O governo ainda negociou na mesa do SINP da educação, a redução do peso das licenças médicas (0,1) nos descontos do PDE, a redução do tempo de 28 para 25 anos para se alcançar as duas novas referências previstas no PL 048/13 que deverá ser encerrado em junho. Outros pontos negociados foram:

- Ampliação do Programa de Educação Inclusiva com contratação de mais 108 Auxiliares de Vida Escolar (AVE) e contratação de mais 718 Estagiários de Pedagogia e formação continuada dos profissionais envolvidos, além de compromisso de adequação de equipamentos, espaços, materiais, etc.
- Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos com reorganização dos ciclos e ampliação de jornada dos alunos, aproveitando

os profissionais, preservando suas jornadas.

- Implementação do Sistema Municipal de Formação de Educadores para formação inicial, complementar e continuada, com a implantação, na Rede dos CEUs, de 31 Polos da Universidade Aberta do Brasil – UAB.
- Contratação de 493 Auxiliares Técnicos Educacionais (ATEs), e autorização de abertura de concurso.
- Encaminhamento à Câmara Municipal de Projeto de Lei para criação de 1.200 cargos de Professor de Educação Infantil, inclusive para cumprir o calendário das indicações dos 360 novos Assistentes de Direção criados para os CEIs.
- Grupo de Trabalho Intersecretarial para a adoção de medidas relativas à promoção da saúde dos Profissionais de Educação e implantação um Programa de Saúde e Qualidade de Vida para os Educadores.
- Grupo de Trabalho Intersecretarial envolvendo para estabelecer um Sistema de Segurança Escolar com participação dos educadores.
- Aperfeiçoamento de instrumentos destinados ao atendimento à demanda da educação infantil, inclusive a Portaria nº 2.623 com a preservação dos parâmetros de qualidade das condições pedagógicas.

Reajuste Linear

Apesar da administração garantir que não haverá perdas durante os quatro anos, o protocolo não negociou como ficariam as revisões anuais de 2011, 2012 e 2013 que surgiram no substitutivo ao PL 155. O governo alegou que fez as opções pelas reestruturações nos padrões das carreiras aos reajustes gerais, como forma de recompor as perdas daquelas mais defasadas nos últimos 10 anos de forma a não distribuir recursos com setores que já estão contemplados. Nessa linha, o único reajuste linear definido no protocolo era o de 0,82%, correspondente a um quadrimestral que estava debaixo do tapete desde novembro de 2011. O índice foi aplicado aos salários a partir de maio e os 18 meses atrasados serão pagos em duas vezes: em agosto de 2013 e agosto de 2014. No

final de abril, o governo também havia proposto 11,46% pago em três parcelas (maio de 2014, 2015 e 2016) de 3,683% como reajustes lineares. Porém, o protocolo configurava que seria esse o limite. Inaceitável. A saída escolhida pelo governo foi manter o índice, permitindo a continuidade de sua negociação, sem restringir os sindicatos nas próximas campanhas salariais. O protocolo assinado, apesar de menos garantias fixas, não restringiu a atuação sindical para as próximas campanhas. Do contrário, seria impossível assinar. A novidade foi o retorno no PL 155/2012, na Câmara, dos 0,01% para 2011 e 2012 e 0,18% para maio de 2013. O total equivale a reajustes lineares que somam 1,02%, um índice insignificante e que exige maior urgência na recomposição de perdas para a saúde, nível superior e GCM.

Reabertura das opções

Apesar da reivindicação do Sindsep, a proposta de reabrir a opção para as carreiras de Agentes de Apoio e AGPPs não foi acolhida. Portanto, o Sindsep recolocará o tema no SINP, pois sem reajus-

tes lineares, os profissionais que não optaram não perceberam e não perceberão qualquer avanço, além dos 1,02%. O mesmo será exigido para as carreiras que serão reestruturadas.

Mudança na lei salarial

O protocolo assinado garantiu a discussão de uma das pautas centrais do Sindsep, a mudança na lei salarial. É urgente que se trate agora de lei complementar que garanta reposição de perdas aos aposentados e pensionistas,

uma vez que não podem compartilhar das mudanças salariais nas carreiras. A lei deve ser discutida também para que nunca mais os funcionários públicos tenham seus salários comidos pela inflação durante anos a fio.

Importância da luta

Iniciamos as negociações com uma proposta que atendia apenas um dos pontos centrais de nossa pauta, o aumento do piso. A primeira proposta do governo previa apenas o aumento do piso para R\$ 755,00. Não fosse a organização que iniciamos nas assembleias de fevereiro e março e a pressão dos atos de abril, não teríamos avançado. Garantimos avanços importantíssimos em nossa pauta.

Nossa proposta inicial era de aumentar de R\$ 630,00 para R\$ 755,00 e chegou a R\$ 1.132,50 para o Nível Básico com fixação de um piso de R\$ 1.380,00 que não existia para o nível médio e para os demais. Graças as manifestações do Sindsep na mesa de negociações e os atos dos trabalhadores junto com o seu Sindicato.

Não havia proposta nenhuma de reestruturação e conseguimos a dos

Agentes de Apoio e AGPPs, além de calendário para iniciar da Saúde, dos Especialistas e da GCM com vistas a 2014.

Não havia proposta do governo para a recomposição das perdas de 2005 a 2012, mas o NB acabou tendo recomposição acima das perdas (71%) e o NM recompôs sete dos últimos oito anos (42%). E ainda há a proposta de que se faça o mesmo para as carreiras defasadas (Saúde, NS e GCM). Não havia proposta de mudança na lei salarial e para admitidos; vamos iniciar já em maio as discussões. Ou seja, foi com luta que conquistamos avanços. Se precisamos avançar mais, vai ser lutando. Atenda às convocações do Sindicato. Converse com os colegas. Filie-se. Organize-se em sua unidade. Bom para começar, mas esperamos muito mais.

Plenárias Regionais

Após 25 anos de história, o Sindsep em 2013, irá promover o seu XI Congresso, nos dias 23, 24 e 25 de outubro, na Casa de Portugal em São Paulo. O objetivo deste evento é construir um planejamento para as atividades e redirecionar os trabalhos que serão realizados para melhor nos organizarmos na luta pela conquista de nossos direitos.

Para isso, a primeira etapa do processo começou com a Abertura Política, realizada no dia 15 de fevereiro na Casa de Portugal, que deveria apresentar aos participantes as Normas Regulamentadoras para que todos compreendessem o funcionamento do processo.

O Congresso foi dividido em cinco Plenárias Regionais, onde em cada uma delas foram escolhidos dele-



Plenária Regional Oeste e Noroeste, dias 9 e 10 de abril



Plenária Regional Leste I e II, dias 7 e 8 de março

gados e suplentes, que participarão da Plenária Final de Resoluções em outubro, e uma Plenária específica para os Aposentados que será no dia 27 de agosto, local a combinar.



Plenária Regional Centro e Norte, dias 14 e 15 de março



Plenária Regional Sul I e II, dias 9 e 10 de maio



Plenária Regional Sudeste e Leste III, dias 4 e 5 de abril



Congresso da Confetam

Aconteceu nos dias 23, 24, 25 e 26 de maio o 5º Congresso da Confetam. Na oportunidade foi eleita a nova diretoria que conduzirá os trabalhos durante os próximos 3 anos. A companheira do Sindsep Paula Leite foi eleita secretária de Finanças da Confetam.

Dirigente do Sindsep é eleita presidente do Comitê Mundial de Mulheres da ISP

JUNÉIA BATISTA
COORDENARÁ POLÍTICAS PARA AS TRABALHADORAS NA INTERNACIONAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

No dia 15 de maio, durante encontro na Suíça, o Comitê Mundial de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos (ISP) elegeu por unanimidade a dirigente do Sindsep e secretária de Saúde do Trabalhador da CUT, Junéia Batista, para presidência.

A dirigente exercerá o mandato até 2018 à frente do grupo formado por mais de 40 mulheres de todas as regiões do mundo. A ISP representa cerca de 20 milhões de servidores. A cada cinco anos, o comitê elege uma presidente e cada região escolhe três vices. Há um rodízio informal e, desta vez, a presidência cabia às Américas.

Junéia comenta que comandará



todas as políticas para as servidoras e integrará a Executiva mundial e o Comitê Diretor, principais espaços de decisões nos congressos da entidade. A prioridade, define, é fazer com que o debate sobre gênero esteja presente em todas as instâncias da ISP.

“A responsabilidade é grande porque aprovamos um plano audacioso. Vamos combater o trabalho precário e incorporar as políticas de gênero e a discussão sobre igualdade entre homens e mulheres no interior da organização. Isso significa também discutir o fim a todas as formas de violência contra as trabalhadoras, desde a física e moral até a falta de acesso a postos de maior importância”, explica.

Como presidenta do comitê, ela também representará a ISP na Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), marcada para junho deste ano.

Fonte: www.cut.org.br

Lançamento do Caderno de Formação: “Negociação Coletiva no Setor Público”

Durante o 5º Congresso da Confetam houve o lançamento do Caderno de Formação: “Negociação Coletiva no Setor Público”. São 124 páginas de informação e formação para dirigentes sindicais e trabalhadores do serviço público. O caderno é o resultado de uma série de trabalhos desenvolvidos entre a parceria das entidades CUT (FETAM-SP, CONFETAM e CNTSS) e a central sindical da Espanha Comisiones Obreras (CC.OO), que financiaram entre 2010 e 2012 atividades para a formação de dirigentes sindicais.

O objetivo do caderno é fazer os dirigentes refletirem sobre os aspectos da negociação coletiva no setor público e exercitar suas habilidades através dos exercícios propostos, focando em temas específicos como: gênero, questão étnica/racial e saúde do trabalhador.

Participaram deste processo aproximadamente 120 companheiros e companheiras de onze estados brasileiros, principalmente São Paulo, além de representantes das centrais do Uruguai, Argentina e Chile, países envolvidos no mesmo projeto.



Paula Leite, presidente da FETAM/SP

A estrutura do caderno é composta por: apresentação, Introdução, sete capítulos e vários anexos. É um trabalho bem completo, mas ao mesmo tempo comprometido com uma didática que pode ser aplicada em qualquer sindicato. Quem acompanhar a leitura poderá interagir e praticar algumas importantes etapas de negociação.

O avanço da organização do sindicalismo no setor público, em especial na negociação coletiva, é um desafio que exige inúmeras iniciativas, da qual o projeto e este caderno são uma singela contribuição nesta caminhada.

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO ESPECIAL
9912277068-DRSPM
SINDSEP
CORREIOS

IMPRESSO

| | | |
|--|--|----------------------------------|
| END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP | | |
| PARA USO DO CORREIO | DATA | REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM |
| <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente | <input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado <input type="checkbox"/> Inf.escrita p/port/sindico | |
| ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR | | |

